

# REFORMA FISCALIDADE VERDE



## GREEN TAXATION REFORM

TAXING MORE WHAT WE BURN  
AND LESS WHAT WE EARN



GOVERNO DE  
PORTUGAL

MINISTÉRIO DO AMBIENTE,  
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E ENERGIA



# ÍNDICE

## CONTENTS

<b>Pressupostos e Enquadramento</b> <i>Assumptions and Background</i>	5
<b>Objetivos</b> <i>Goals</i>	11
<b>Medidas</b> <i>Measures</i>	12
<b>Impacto</b> <i>Assessment</i>	18
<b>Estratégia de Reciclagem</b> <i>Strategy of Recycling Of The Revenue</i>	20
<b>Ligações Úteis</b> <i>Usefull Links</i>	25
<b>Comissão para a Reforma da Fiscalidade Verde</b> <i>Green Tax Reform Committee</i>	29

# MENSAGEM

do Ministro do Ambiente, Ordenamento  
do Território e Energia Jorge Moreira da Silva

# MESSAGE

*by the Portuguese Minister of Environment, Spatial  
Planning and Energy, Jorge Moreira da Silva*

**N**ão nos enganemos. Uma verdadeira estratégia pós-troika implica responsabilidade orçamental, reformas estruturais e um quadro de investimento seletivo e produtivo em áreas estratégicas, como o conhecimento, a política industrial e a economia verde. Foi neste contexto de aposta no crescimento verde, que decidimos avançar com o processo de reforma da Fiscalidade Verde, uma reforma já elogiada e considerada um exemplo internacional pelas Nações Unidas e Banco Mundial.

É necessário melhorar a eficiência na utilização de recursos, reduzir a dependência energética do exterior e induzir padrões de produção e de consumo mais sustentáveis, reforçando a liberdade e responsabilidade

**L**et us be clear. A true post-troika strategy means fiscal responsibility, structural reforms and a selective and productive investment framework in strategic areas, such as knowledge, industrial policy and green economy. It was under this context of focus on green growth that we decided to move forward on the process of Green Tax Reform, a reform that was already acknowledged and considered an international example by the United Nations and the World Bank.

We need to improve efficiency on resource use, to reduce external energy dependency and to encourage more sustainable consumption and production patterns, reinforcing citizens and business



dos cidadãos e das empresas. É tempo de assumir uma resposta estrutural para problemas estruturais. Neste contexto, de ambição nos objetivos, de estabilidade nas políticas e de previsibilidade nos investimentos, é fundamental que todos nos empenhemos numa visão sustentável de futuro.

A reforma fiscal verde insere-se num objetivo mais abrangente de promoção de uma política fiscal mais alinhada com os objetivos de crescimento e de emprego. A reforma fiscal verde sempre teve um pressuposto inquestionável: neutralidade fiscal. Um cenário em que se tributa mais o que se polui e degrada e menos aquilo que se aufer e se produz.

Esta reforma, pela primeira vez, aborda transversalmente todos os sectores e todos os recursos e, também pela primeira vez, avalia os impactos ambientais, económicos e sociais das opções tomadas. A Fiscalidade Verde apresenta um triplo dividendo: proteger o ambiente e reduzir a dependência energética do exterior, fomentar o crescimento e o emprego e contribuir para a responsabilidade orçamental e para a redução dos desequilíbrios externos.

A Fiscalidade Verde lança incentivos aos veículos elétricos, híbridos plug-in e movidos a gás natural veicular; apoia projetos de conservação da natureza e de produção florestal e assegura um método mais jus-

*freedom and responsibility. It is time to take a structural response to structural problems. In this context of ambitious goals, of robust policies and predictability on investments, it is essential that we all strive on a sustainable vision for the future.*

*The Green Tax Reform is part of a broader objective of promoting a fiscal policy which is more in line with the goals of employment and growth. The Green Tax Reform has always had an unquestionable assumption: fiscal neutrality. A scenario where we tax more what pollution and resource degradation in order to tax less what we earn and what we produce.*

*This reform addresses, for the first time in a cross-cutting way all the sectors and all the resources, as well as it assesses, for the first time, the environmental, economic and social impacts of choices made. Green Tax is based in a triple dividend: environmental protection and reduction of external energy dependency, promotion of economic growth and employment and contributing to fiscal responsibility and to the reduction of external imbalances.*

*This Green Tax Reform launches incentives to electric vehicles, plug-in hybrids or natural gas vehicles; supports nature conservation and forestry projects as well as it assures a fairer allocation of revenues resulting from the companies*

to de atribuição da receita da derrama das empresas atendendo ao seu impacto no território. Promove uma mudança de paradigma de comportamento, dando aos cidadãos a oportunidade de, através de comportamentos mais eficientes e de usarem os recursos de forma mais sustentável.

Em 2015, a receita gerada de 165 milhões de euros com as medidas da Fiscalidade Verde será alocada, no montante de 17,5 milhões de euros, a benefícios e incentivos à mobilidade sustentável, à gestão florestal e à conservação da natureza e o valor remanescente, de 148 milhões de euros, financiará, na prática, o desagravamento do IRS, no âmbito do quociente familiar. Com a reforma da Fiscalidade Verde avança-se para uma taxa do carbono sobre os sectores não incluídos no comércio de emissões, para o aumento das taxas de ISV em função das emissões de CO2 nos veículos, para a tributação dos sacos plásticos leves e para a penalização da deposição de resíduos em aterro.

Esta reforma é autónoma e a neutralidade fiscal terá de ser concretizada todos os anos. De futuro, a estratégia anual de reciclagem da receita gerada a partir da Fiscalidade Verde, deverá contribuir, não apenas, como em 2015, para o desagravamento dos impostos sobre o rendimento do trabalho e das famílias, mas também, para a atribuição de créditos fiscais às empresas em investimentos em eficiência energética.

*tax taking into consideration their impact on territory. It promotes a paradigm behavior reorientation, giving citizens the opportunity of adopting more efficient behaviors and using resources on a more sustainable way.*

*In 2015, 17, 5 million euros from the total net revenue of 165 million euros generated by the green tax reform, will be allocated to benefits and incentives to sustainable mobility, forestry management and nature conservation. The remaining value, amounting to 148 million euros will be used to finance the reduction of Personal Income Taxation (PIT), especially in families with more children.*

*The fiscal neutrality will have to be achieved every year. In the future, the annual strategy of recycling the revenue generated from Green taxation must contribute, not only, as in 2015, for the reduction of taxes on labor income and families, but also for the allocation of tax credits to companies that invest in energy efficiency.*



# PRESSUPOSTOS E ENQUADRAMENTO

## ASSUMPTIONS AND BRACKGROUND

### **PRESSUPOSTOS**

#### **NEUTRALIDADE FISCAL**

O aumento líquido da receita tem de ser utilizado para diminuir outros impostos, nomeadamente, sobre o rendimento.

#### **TRIPLO DIVIDENDO**

- >> Proteger o ambiente e reduzir a dependência energética do exterior;
- >> Fomentar o crescimento e emprego;
- >> Contribuir para a responsabilidade orçamental e para a redução dos desequilíbrios externos.

### **ASSUMPTIONS**

#### **FISCAL NEUTRALITY**

*The net increase in revenue must be used to reduce other taxes, notably on income.*

#### **TRIPLE DIVIDEND**

- >> *To protect the environment and to reduce dependence on foreign energy;*
- >> *To promote growth and employment;*
- >> *To contribute to fiscal responsibility and to reduce external imbalances*

## ENQUADRAMENTO

Os trabalhos da Comissão para a Reforma da Fiscalidade Verde tiveram início com a publicação no dia 7 de fevereiro de 2014 do Despacho n.º 1962 do Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, Jorge Moreira da Silva, e do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Paulo Nuncio, através do qual “o Governo decidiu iniciar a revisão da fiscalidade ambiental e energética, bem como promover um novo enquadramento fiscal e parafiscal, através do desenvolvimento de mecanismos que permitam a internalização das externalidades ambientais”.

### ETAPAS DO PROCESSO:

1. Reflexão conjunta dos membros da Comissão com o objetivo de definir os princípios orientadores da Reforma enunciados no **Relatório Preliminar**, de 30 de março de 2014;
2. Entre 30 de março e 30 de junho de 2014, a Comissão solicitou **a colaboração de um vasto número de entidades** potencialmente interessadas na Reforma. Em particular, foi pedido às entidades que indicassem, entre as disposições com relevância ambiental e tributos relacionados com o ambiente no sistema fiscal português, os aspectos cuja melhoria ou supressão considerassem útil.

## BACKGROUND

*The work of the Green Tax Reform Committee began with the publication on February 7, 2014 of Order n.º 1962 of the Minister of Environment, Spatial Planning and Energy, Jorge Moreira da Silva, and the Secretary of State for Tax Affairs, Paulo Nuncio, through which “the Government decided to launch a review of environmental taxation and energy, and to promote a new fiscal and parafiscal framework by developing mechanisms for the internalization of environmental externalities”.*

### PROCESS STEPS:

1. *Joint reflection of the members of the Committee in order to define the guiding principles of the reform set out in the **Preliminary Report** of March 30, 2014;*
2. *Between 30 March and 30 June 2014, the Committee requested the **collaboration of a large number of potentially interested parties** in the Reform. In particular, entities were asked to indicate aspects whose improvement or suppression was considered useful amongst provisions related with the environment and environmental related taxes in the Portuguese tax system.*





**3.** Entrega do **Anteprojeto de Reforma** pela Comissão ao Governo, no dia 30 de junho de 2014, após análise detalhada dos contributos prestados entre 30 de março e 30 de junho;

**4.** Período de **Consulta Pública do Anteprojeto**, entre 30 de junho e 15 de agosto de 2014, do qual resultaram um total de 111 contributos, de pessoas singulares e coletivas;

**5.** Entrega do **Projeto de Reforma**, a 15 de setembro de 2014, pela Comissão ao Governo.

## **DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS**

Com reuniões de periodicidade semanal, a Comissão reuniu semanalmente, focando-se, numa primeira fase, em apresentações sobre diversos temas de especial relevância no domínio da fiscalidade ambiental, conduzidas por especialistas de reconhecido currículo académico e experiência profissional nestas áreas.

Simultaneamente, a Comissão procedeu à recolha de informação atualizada sobre experiências e orientações políticas relativas à fiscalidade verde na Comissão Europeia e na OCDE, bem como à análise de estudos académicos sobre o tema, de relatórios de grupos de trabalho sobre o estado da fiscalidade ambiental, em Portugal e além-fronteiras, e ainda à

*3. Delivery of the Reform Draft Project by the Committee to the Government, on June 30, 2014, after detailed analysis of the contributions made between March 30 and June 30.*

*4. Public Consultation of the Draft Project, between June 30 and August 15, 2014, which resulted in a total of 111 contributions of natural and legal persons.*

*5. Reform Project delivery, on September 15, 2014, by the Committee to the Government.*

## **PROCEEDINGS**

*The Committee met weekly, focusing initially on presentations on various topics of particular relevance in the field of environmental taxation, conducted by experts of recognized academic curriculum and professional experience in these areas.*

*Simultaneously, the Committee gathered updated information on experiences and policy orientations on green taxation by international and multilateral organizations, as well as the analysis of academic studies on the subject and reports of working groups on the status of environmental taxation, in Portugal and internationally, and also the collection of preliminary inputs from stakeholders.*



recolha de contributos preliminares de entidades interessadas na Reforma.

Assente no pressuposto de que é impossível promover e monitorizar uma Reforma desta natureza sem recurso a modelos rigorosos de simulação e avaliação do impacto económico-financeiro e ambiental das medidas propostas, a Comissão procedeu à identificação de modelos utilizados por entidades diversas e à avaliação da sua adequação aos trabalhos a desenvolver, tendo considerado:

**i) Modelo TIMES** - Modelo tecnológico de optimização linear, que resulta da implementação para Portugal do gerador de modelos de optimização de economia - energia - ambiente de base tecnológica TIMES desenvolvido pelo Energy Technology Systems Analysis Programme da Agência Internacional para a Energia. O modelo tem como objectivo produzir a configuração do sistema energético, capaz de assegurar, ao menor custo, a satisfação da procura de serviços de energia, fornecida exogenamente;

**ii) Modelo DGEP** - Modelo que incorporar a uma optimização totalmente dinâmica, bem como o crescimento endógeno e a modelação detalhada de actividades do sector público, tanto ao nível das receitas como dos gastos de consumo e de investimento;

*Based on the assumption that it is impossible to promote and monitor a reform of this nature without the use of rigorous models of simulation and evaluation of the economic-financial and environmental impact of the proposed measures, the Committee identified models used by various entities and reviewed their adaptation to the work plan, having considered:*

**i) TIMES Model** - Technological model of linear optimization, resulting from the implementation for Portugal of the economy optimization models generator - energy - technology-based environment TIMES, developed by the Energy Technology Systems Analysis Programme of the International Energy Agency. The model aims to produce the energy system configuration, able to ensure the lowest cost, to satisfy demand for energy services, provided exogenously;

**ii) DGEP Model** - Model which incorporates a fully dynamic optimization, as well as endogenous growth and the detailed modeling of public sector activities, both in terms of income and consumer spending and investment;

**iii) MODEM Model** - model based on the assumption that production is determined by final demand, being exogenous all final demand components except private



**iii) Modelo MODEM** - Modelo que assenta no pressuposto de que a produção é determinada pela procura final que lhe é dirigida, sendo exógenas todas as componentes da procura final com excepção do consumo privado, que é determinado pelo rendimento disponível dos particulares, por seu turno resultante do nível da actividade económica combinado com variáveis fiscais (impostos e transferências do Estado para os particulares);

**iv) Modelo GEM** - Modelo estático de equilíbrio geral, que é uma representação matemática de todo o sistema económico. Este modelo foi muito útil para simular políticas energéticas e ambientais, uma vez que considera a interacção de múltiplos agentes económicos em todos os mercados, sujeitos a restrições comportamentais e institucionais, o que permitiu representar as mudanças estruturais de políticas e choques externos.

O **Projeto de Reforma** apresentado em 15 de setembro de 2014 é composto por **59 propostas**, formuladas com base nos objetivos estabelecidos no despacho de nomeação, nos princípios orientadores da Reforma, nos contributos recebidos em sede de consulta pública e considerando a avaliação crítica dos resultados obtidos através dos modelos disponíveis. A

*consumption, which is determined by disposable income of individuals, in turn resulting from the level of economic activity combined with fiscal variables (taxes and government transfers to individuals);*

**iv) GEM Model** - *Static model of general equilibrium, which is a mathematical representation of the entire economic system. This model was very useful to simulate energy and environmental policies, as it considers the interaction of multiple economic agents in all markets, subject to behavioral and institutional constraints, enabling the representation of policies' structural change and external shocks.*

*The **Reform Project** presented on September 15, 2014 consists on **59 proposals** formulated based on the objectives established in the appointment Order, the guiding principles of the Reform, the contributions received during the public consultation proceedings and considering a critical evaluation of the results obtained from the models available. Each proposal corresponded to a full legislative text, a justification and an impact analysis consistent with existing information and tools.*

*A proposal for a consolidated work program was also presented in **25 specific***

cada proposta correspondeu um texto legislativo completo, uma justificação e uma análise de impacto concordantes com a informação e as ferramentas existentes.

Foi igualmente apresentada uma proposta de programa de trabalho consolidada em **25 recomendações específicas**, recomendações específicas acrescentaram-se **sete recomendações de carácter geral** resultantes da experiência acumulada pela Comissão ao longo dos cerca dos seus **oito meses de atividade**.

Após avaliação independente pelo Governo, e considerando a análise e estimativa de impacto efectuadas, o Projeto de Reforma deu origem à Lei n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro de 2014, que procedeu à alteração das normas fiscais ambientais nos sectores da energia e emissões, transportes, água, resíduos, ordenamento do território, florestas e biodiversidade e introduziu um regime de tributação dos sacos plásticos e um regime de incentivo ao abate de veículos em fim de vida, no quadro de uma Reforma da fiscalidade ambiental.

*recommendations, **seven general** recommendations were added resulting from the experience accumulated by the Committee over its **eight months of activity**.*

*After independent review by the Government and considering the analysis and impact estimation made, the Reform Project originated Law No. 82-D / 2014 of December 31, 2014, which altered environmental tax rules in the sectors of energy and emissions, transport, water, waste, land use, forests and biodiversity, and introduced a system of taxing plastic bags and a system of incentives for end-of-life vehicle renovation, as part of a Reform of environmental taxation.*



# OBJETIVOS

## GOALS

### MUDANÇA DE PARADIGMA

Penalizar mais o que se polui e degrada, para desagravar o trabalho e as famílias.

Reduzir a dependência energética do exterior

Induzir padrões de produção e de consumo mais sustentáveis, reforçando a liberdade e responsabilidade dos cidadãos e das empresas

Promover a eficiência na utilização de recursos, nomeadamente, água, energia e materiais

Fomentar o empreendedorismo e a criação de emprego

Diversificar fontes de receita, num contexto de neutralidade do sistema fiscal e de competitividade económica

### PARADIGM SHIFT

*To increase taxation on pollution and resource degradation in order to decrease taxation on labour and families' income.*

*Reduce external energy dependency*

*Induce more sustainable production and consumption patterns, strengthening the freedom and responsibility of citizens and companies*

*Promote the efficient use of resources, especially water, energy and materials*

*Foster entrepreneurship and job creation*

*Diversify sources of income, in a context of neutrality of the tax system and economic competitiveness*

# MEDIDAS

# MEASURES

**A** Reforma da Fiscalidade Verde visa induzir padrões de produção e de consumo mais sustentáveis, promover a eficiência na utilização de recursos, reduzir a dependência energética do exterior e fomentar o empreendedorismo e o emprego. Em 2015, gerará uma receita de 165,5 milhões de euros, dos quais 17,5 milhões serão alocados a incentivos à mobilidade sustentável, conservação da natureza e floresta e 148 milhões de euros ao financiamento do desagravamento do IRS das famílias.

***T**he Green Tax Reform aims at inducing more sustainable patterns of production and consumption, promoting the efficient use of resources, reducing external energy dependency and promoting entrepreneurship and employment. In 2015, it will generate revenues of 165.5 million euros, of which 17.5 million will be allocated to incentives for sustainable mobility, nature conservation and forests and EUR 148 million to finance the relief of households income tax.*



## ENERGIA E TRANSPORTES

### TAXA DE CARBONO

Promove uma economia de baixo carbono, de combate às alterações climáticas e redução da dependência energética do exterior, através de uma taxa de carbono, que passa a incidir sobre os setores não incluídos no sistema CELE. O valor da taxa anual está indexada à cotação de carbono do ano anterior que reflecte a média aritmética do preço dos leilões do CELE. Para 2015 o preço resulta dos leilões de licenças entre 1 de julho de 2013 e 30 e junho de 2014.

### IMPACTO EM 2015: RECEITA DE 95 M€

## ENERGY AND TRANSPORTS

### CARBON TAX

*Promotes a low-carbon economy, combating climate change and reducing external energy dependency, through a carbon tax, which shall cover the sectors not included in the ETS system. The annual fee is indexed to the previous year's carbon price that reflects the arithmetic average price of EU ETS auctions. For 2015 the price results from license auctions between 1 July 2013 and 30 and June 2014.*

### IMPACT IN 2015: 95 M€ OF REVENUE

<b>Receita estimada</b> <i>Estimated revenue</i>	
2020	+ 153 €
2025	+ 284 €
2030	+ 419 €
2035	+ 453 €
2040	+ 471 €
2045	+ 490 €
2050	+ 510 €

**ISV**

Agrava as taxas de ISV nos veículos a gasolina e gasóleo em função das emissões de CO2.

**IMPACTO EM 2015: RECEITA DE APROX. 28 M€**

**VEHICLES TAX**

*Aggravates vehicles tax for gasoline and diesel vehicles on the basis of CO2 emissions.*

**IMPACT IN 2015: APPROXIMATELY 28 M€ OF REVENUE**

**TRANSPORTES PÚBLICOS**

Majoração para efeitos fiscais do custo com electricidade em 130% e em 120% no caso do GPL e GNV, utilizados em transportes públicos de passageiros e mercadorias.

**INCENTIVOS AOS CARROS ELÉTRICOS**

Incentivos aos carros elétricos - híbridos plug-in, GPL e GNV - através do aumento dos montantes máximos de depreciações aceites como gasto fiscal e da redução das taxas de tributação autónoma em sede de IRS e IRC.

**IMPACTO EM 2015: DESPESA DE APROX. 8 M€**

**DEDUÇÃO DO IVA EM VIATURAS DE TURISMO**

Dedução do IVA em viaturas de turismo eléctricas, híbridas plug-in, GPL e GNV, aplicada às despesas na aquisição, fabrico ou importação, à locação e à transformação das viaturas.

**PUBLIC TRANSPORTATION**

*Increase for tax purposes of electricity cost by 130% and 120% in the case of LPG and CNG, used in public transports of passengers and goods.*

**INCENTIVES FOR ELECTRIC VEHICLES**

*Incentives for electric, plug-in hybrid, LPG and CNG vehicles by increasing the maximum amount of depreciation acceptable as tax expenses and the reduction of separate tax rates on individuals' and companies' income taxes.*

**IMPACT IN 2015: APPROXIMATELY 8 M€ OF EXPENDITURE**

**VAT DEDUCTION IN ELECTRIC TOURISM VEHICLES**

*VAT deduction in electrical tourism vehicles, plug-in hybrid, LPG and CNG, applied to expenditure on purchase, manufacture or import, leasing and transformation of vehicles.*





**IMPACTO EM 2015: DESPESA DE APROX. 1 M€**

### **INCENTIVO AO BIKE-SHARING E CAR-SHARING**

Incentivo à criação de sistemas de bike-sharing e car-sharing nas empresas e à aquisição de frotas de bicicletas através da majoração dos custos com os serviços e bens associados.

### **INCENTIVO FISCAL AO ABATE DE VEÍCULOS EM FIM DE VIDA**

Incentivo fiscal sob a forma de devolução de ISV ou de atribuição de subsídio, mediante a compra de nova viatura eléctrica ou híbrida plug-in.

**Incentivo para os veículos eléctricos novos: 4500€**

**Incentivo para os veículos híbridos plug-in: 3250€**

## **RESÍDUOS**

### **TAXA SOBRE OS SACOS PLÁSTICOS LEVES**

Os sacos plásticos leves passam a estar sujeitos a uma contribuição (8 cêntimos +IVA) com o objetivo de promover um comportamento mais sustentável dos consumidores, dos produtores e dos

**IMPACT IN 2015: APPROXIMATELY 1M€ OF EXPENDITURE**

### **INCENTIVE TO BIKE-SHARING AND CAR-SHARING**

*Incentives to the creation of bike-sharing and car-sharing systems in companies and to the acquisition of bicycle fleets by the increase of eligible costs of associated services and goods.*

### **TAX INCENTIVE TO END-OF-LIFE VEHICLE RENOVATION**

*Tax incentives in the form of vehicle tax (ISV) return or by the assignment of an allowance, by purchasing a new electric or plug-in hybrid vehicle.*

***Incentive for new electric vehicles: 4500€***

***Incentive for plug-in hybrid vehicles: 3250€***

## **WASTE**

### **TAX ON LIGHTWEIGHT PLASTIC BAGS**

*Lightweight plastic bags will be subject to contributions (8 cents + VAT) in order to promote more sustainable behavior of consumers, producers and traders. The aim of this fee is to motivate citizens to reduce the consumption of plastic bags*

comerciantes. É objetivo desta taxa motivar os cidadãos para a redução do consumo de sacos plásticos para 50 sacos por pessoa, por ano, em 2015 e 35 sacos por pessoa, por ano, em 2016, alterando o cenário de 2014 em que, por pessoa, foram consumidos 466 sacos plásticos, por ano.

Parte da receita resultante servirá para reforçar o Fundo de Conservação da Natureza e financiar projetos nos municípios que integram áreas classificadas, nomeadamente, através do programa NATURAL.PT.

**Impacto em 2015 (considerando um consumo de 50 sacos por pessoa/ano): receita de aprox. 40 M€**

## REVISÃO DA TAXA DE GESTÃO DE RESÍDUOS

Com o valor de referência de 5,5€/ton em 2015 e um aumento progressivo até 11€/ton em 2020 para desincentivar o depósito em aterro dos resíduos urbanos.

**Impacto em 2015: receita adicional de aprox. 2,5 M€**

*to 50 bags per person, per year in 2015 and 35 bags per person, per year in 2016, changing the 2014 scenario in which, per person, 466 plastic bags were consumed per year.*

*Part of the resulting revenue will strengthen the Nature Conservation Fund and finance projects of classified areas in municipalities, in particular through the NATURAL.PT program.*

***Impact in 2015 (considering consumption of 50 bags per person/year): approximately 40 M€ of revenue***

## REVIEW OF WASTE MANAGEMENT FEE

*With the reference value of 5.5 € / ton in 2015 and gradually increasing to € 11 / ton in 2020 to discourage landfilling of municipal waste.*

***Impact in 2015: approximately 2,5 M€ of revenue***



## TERRITÓRIO E FLORESTA

### ALTERAÇÃO DO IMI E IMT

A Reforma reduz em 50% a coleta de IMI nos prédios destinados à produção de energias renováveis e dos prédios rústicos integrados em áreas classificadas, que proporcionem serviços de ecossistema.

Isenta de IMI os prédios afetos ao abastecimento público de água, de saneamento e de gestão de resíduos urbanos detidos pelos Municípios.

Majoração em 30%, para efeitos de custos fiscais no IRS e IRC, das contribuições financeiras para o Fundo Comum das Zonas de Intervenção Florestal (ZIF).

Isenção de IMI e IMT dos prédios rústicos que correspondam a áreas florestais aderentes a ZIF ou que estejam submetidas a planos de gestão florestal e redução de IMI nos prédios rústicos integrados na bolsa de terras.

## DERRAMA

No caso do volume de negócios de uma empresa for resultante, em mais de 50%, da exploração de recursos naturais ou do tratamento de resíduos, a derrama pode ser atribuída ao respetivo Município.

## TERRITORY AND FORESTRY

### AMENDMENT OF IPROPERTY TAX (IMI) AND IMT

*The reform reduces by 50% the collection of property tax (IMI) in buildings destined for the production of renewable energy and farm buildings built in classified areas that provide ecosystem services.*

*Exemption from property tax (IMI) of buildings destined to the public water supply, sanitation and urban waste management held by municipalities.*

*Increase by 30%, for the purposes of tax costs in personal and corporate income, financial contributions to the Common Fund of Forest Intervention Areas (ZIF).*

*Exemption from property tax (IMI) and IMT of farm buildings that correspond to ZIF adherent forest areas or which are subject to forest management plans and IMI reduction of farm buildings integrated in land exchange.*

## LOCAL CORPORATE TAX

*In case more than 50% of a company's turnover results from exploitation of natural resources (such as mining and energy production) in a single municipality, the local corporate tax revenues shall be allocated to this municipality and not to the one where the company has his official premises.*

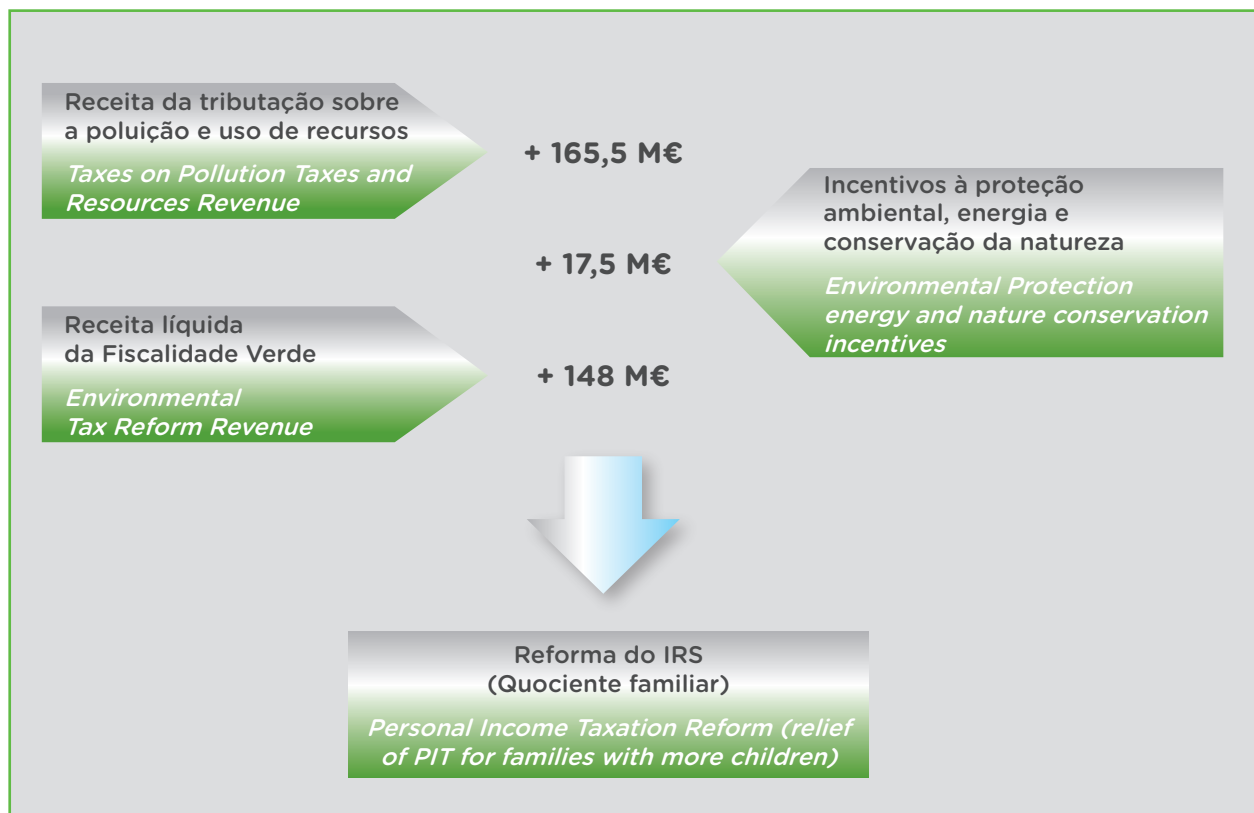
# IMPACTO ASSESSMENT

**N**a Fiscalidade Verde os cidadãos e as empresas podem reorientar os seus comportamentos com vista a reduzir a sua carga fiscal. É dada a possibilidade, a cada um dos cidadãos e empresas, de optar por comportamentos mais sustentáveis do ponto de vista ambiental – fomentando a eficiência na utilização de recursos e a redução da dependência energética do exterior – e menos onerosos no que respeita à carga fiscal que têm de suportar.

**W**ith the Green Tax Reform citizens and companies can redirect their behavior to reduce their tax burden. The opportunity is given for individual citizens and companies to opt for more sustainable behavior from an environmental point of view - promoting the efficient use of resources and reducing external energy dependency - and less costly in terms of taxation they have to bear.

Receita Fiscal 2015 Despesa Fiscal 2015	Despesa Fiscal 2015	Receita Líquida a Reciclar 2015
<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; ISV</li> <li>&gt; Taxa De Carbono</li> <li>&gt; Taxa Sobre Os Sacos Plásticos Leves</li> <li>&gt; Revisão Da Taxa De Gestão De Resíduos</li> <li>&gt; Derrama</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Incentivos Aos Carros Elétricos</li> <li>&gt; Dedução Do Iva Em Viaturas De Turismo</li> <li>&gt; Incentivo Ao Bike-Sharing E Car-Sharing</li> <li>&gt; Incentivo Fiscal Ao Abate De Veículos Em Fim De Vida</li> <li>&gt; Incentivos à Floresta Sustentável</li> <li>&gt; Incentivos à Biodiversidade</li> </ul>	desagravamento do IRS através do quociente familiar

Tax Revenue 2015	Tax Expenditure 2015	Net Revenue To Recycle 2015
<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Vehicles Tax</li> <li>&gt; Carbon Tax</li> <li>&gt; Lightweight Plastic Bags Tax</li> <li>&gt; Review of the Waste Management Tax</li> <li>&gt; Local Tax</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Incentives for Electric Cars</li> <li>&gt; Deduction of VAT on Tourism Vehicles</li> <li>&gt; Incentives for Bike-Sharing and Car-Sharing</li> <li>&gt; Tax Incentive for Renovation of End-of life Vehicles</li> <li>&gt; Incentives for Sustainable Forests</li> <li>&gt; Incentives for Biodiversity</li> </ul>	Relief of Personal Income Taxation (PIT), especially for families with more children.



De acordo com o princípio da neutralidade fiscal o aumento líquido da receita tem de ser utilizado para diminuir outros impostos, nomeadamente, sobre o rendimento, mantendo-se inalterada a carga fiscal global.

*According to the principle of fiscal neutrality net increase in revenue must be used to reduce other taxes, in particular, on income, maintaining the overall tax burden.*

# ESTRATÉGIA DE RECICLAGEM

## STRATEGY FISCAL NEUTRALITY AND TRIPLE DIVIDEND

### NEUTRALIDADE FISCAL E TRIPLO DIVIDENDO

A Reforma da Fiscalidade Verde tem em vista contribuir para a eco inovação e a eficiência na utilização de recursos, a redução da dependência energética do exterior e a indução de padrões de produção e de consumo mais sustentáveis, bem como fomentar o empreendedorismo e a criação de emprego, a concretização eficiente de metas e objetivos internacionais e a diversificação das fontes de receita, num contexto de neutralidade do sistema fiscal e de competitividade económica.

### OF RECYCLING OF THE REVENUE

*The Green Tax Reform will contribute to eco-innovation, to efficiency on the use of resources, to reduce external energy dependency and to induce more sustainable consumption and production patterns, as well as to foster entrepreneurship and job creation, the concretization of international goals and targets and to diversify revenue sources, in a context of fiscal neutrality and economic competitiveness.*



Esta Reforma foi construída de modo a potenciar efeitos ambientais, económicos e orçamentais, traduzindo um triplo dividendo que permite, simultaneamente, proteger o ambiente e reduzir a dependência energética do exterior, fomentar o crescimento e emprego e contribuir para a responsabilidade orçamental e para a redução dos desequilíbrios externos.

Foi também feito um trabalho de análise de impacto da Reforma sobre a economia nacional num cenário de neutralidade fiscal que se traduz no facto de o aumento líquido da receita fiscal ser integralmente utilizado para diminuir outro(s) imposto(s), de acordo com duas possíveis estratégias de alocação da receita fiscal (“reciclagem”): uma estratégia simples e uma estratégia composta.

Na estratégia simples - em que a reciclagem da receita proveniente da Reforma é integralmente alocada a um só tributo -, o impacto observado nas emissões de CO<sub>2</sub>, emprego, produto interno bruto e dívida pública é o seguinte:

*This Reform was built with the aim of promoting environmental, economic and budgetary effects, reflecting a triple dividend that contributes, simultaneously, to environmental protection, to reduce the external energy dependency, to foster growth and job creation and to contribute to budgetary responsibility and to reduce external imbalances.*

*An analysis of the impact of this Reform in the national economy was also carried out, in a scenario of fiscal neutrality, which is reflected in the fact of the net increase of tax revenue to be fully used to reduce other taxes, in accordance with two possible strategies for tax revenue allocation (“recycling”): a simple and a compound strategy.*

*In this simple strategy - the recycling of the revenue resulting from the Reform is allocated in its totality to one single tax - the impact observed in CO<sub>2</sub> emissions, employment, GDP and public debt is as follows:*



	Emissões de CO2 <i>Carbon Dioxide Emissions</i>		Emprego <i>Employment</i>		PIB <i>GDP</i>		Dívida Pública / PIB <i>Public Debt/ GDP</i>	
	2030	2050	2030	2050	2030	2050	2030	2050
<b>Sem ganhos suplementares de eficiência energética</b> <i>No Additional Energy Efficiency Gains</i>								
Sem Reciclagem <i>Lump Sum</i>	-5.46	-5.02	-0.15	-0.23	-0.34	-0.54	0.78	1.83
IVA (imposto sobre valor acrescentado) <i>Value Added</i>	-5.38	-5.02	<b>0.03</b>	-0.09	-0.25	-0.53	0.37	<b>-0.28</b>
IRS (imposto sobre o rendimento das famílias) <i>Personal Income Tax (PIT)</i>	-5.20	-4.64	<b>0.22</b>	<b>0.21</b>	-0.03	-0.05	0.27	1.03
Taxa social dos empregadores <i>Social Security Contributions</i>	-5.28	-4.76	<b>0.11</b>	<b>0.07</b>	-0.12	-0.21	<b>-0.35</b>	<b>-1.36</b>
Crédito fiscal ao investimento <i>Investment Tax Credit</i>	-5.11	-4.06	-0.14	<b>0.10</b>	<b>0.08</b>	<b>0.67</b>	0.21	1.11

Por sua vez, uma estratégia de reciclagem composta traduzir-se-ia em diferentes cenários alternativos de alocação de receita a créditos fiscais ao investimento, à redução do IRS e à redução da taxa social a cargo dos empregadores, com o seguinte impacto nas emissões de CO2, emprego, produto interno bruto e dívida pública:

*On the other hand, the compound recycling strategy will be reflected in different alternative scenarios of revenue allocation to investment tax credits, PIT reduction and the reduction of employers social rate tax, with the following impact on CO2 emissions, employment, GDP and public debt:*



CIF ITC	TSU TSU	IRS PIT	Emissões de CO2 Carbon Dioxide Emissions		Emprego Employment		PIB GDP		Dívida Pública / PIB Public Debt / GDP	
			2030	2050	2030	2050	2030	2050	2030	2050
<b>Sem ganhos suplementares de eficiência energética</b> <i>No Additional Energy Efficiency Gains</i>										
0.50	0.00	0.00	-5.16	-4.35	<b>0.04</b>	<b>0.16</b>	<b>0.02</b>	<b>0.31</b>	0.24	1.07
0.50	0.50	0.00	-5.19	-4.41	-1.01	0.08	-0.02	<b>0.23</b>	<b>-0.07</b>	<b>-0.13</b>
0.50	0.25	0.00	-5.17	-4.38	0.01	0.12	0.00	0.27	0.08	0.47
<b>Ganhos suplementares de eficiência energética de 0.25%</b> <i>No Additional Energy Efficiency Gains</i>										
0.50	0.00	0.50	-6.38	-5.49	<b>0.03</b>	<b>0.16</b>	<b>0.09</b>	<b>0.42</b>	<b>-0.01</b>	<b>0.47</b>
0.50	0.50	0.00	-6.42	-5.55	-0.02	<b>0.09</b>	<b>0.04</b>	<b>0.34</b>	<b>-0.32</b>	<b>-0.71</b>
0.50	0.25	0.25	-6.40	-5.52	<b>0.00</b>	<b>0.13</b>	<b>0.07</b>	<b>0.38</b>	<b>0.16</b>	<b>-0.12</b>
<b>Ganhos suplementares de eficiência energética de 0.5%</b> <i>No Additional Energy Efficiency Gains</i>										
0.50	0.00	0.50	-7.56	-6.60	<b>0.02</b>	<b>0.17</b>	<b>0.15</b>	<b>0.52</b>	<b>-0.25</b>	<b>-0.11</b>
0.50	0.50	0.00	-7.59	-6.66	-0.03	<b>0.10</b>	<b>0.11</b>	<b>0.45</b>	<b>-0.55</b>	<b>-1.28</b>
0.50	0.25	0.25	-7.57	-6.63	-0.01	<b>0.13</b>	<b>0.13</b>	<b>0.48</b>	<b>-0.40</b>	<b>-0.69</b>
<b>Ganhos suplementares de eficiência energética de 1.0%</b> <i>No Additional Energy Efficiency Gains</i>										
0.50	0.00	0.50	-9.78	-8.68	<b>0.00</b>	<b>0.18</b>	<b>0.27</b>	<b>0.72</b>	<b>-0.70</b>	<b>-1.20</b>
0.50	0.50	0.00	-9.81	-8.74	-0.05	<b>0.11</b>	<b>0.22</b>	<b>0.64</b>	<b>-1.00</b>	<b>-2.34</b>
0.50	0.25	0.25	-9.80	-8.71	-0.02	<b>0.14</b>	<b>0.25</b>	<b>0.68</b>	<b>-0.85</b>	<b>-1.77</b>

ITC - investment tax credits / TSU - Social Tax / PIT - IRS

Neste contexto, o Governo considerou como mais adequada, para 2015, a estratégia simples de “reciclagem”, com alocação da receita total para o IRS, com a criação do “quociente familiar”, atendendo ao forte dividendo no que diz respeito ao emprego, com uma variação percentual positiva de 0,22% face ao cenário de referência (i.e. sem Reforma da Fiscalidade Verde).

*In this context, government has considered to be more adequate in 2015, the simple “recycling” strategy, with the allocation of the total revenue to PIT, with the creation of the “family quotient”, taking into account the high job dividend, with a positive percentage change of 0.22% when comparing with the reference scenario (i.e. without the Green Tax Reform).*

Não obstante a alocação, em 2015, da totalidade da receita ao financiamento da redução do IRS, tendo em conta a evolução da receita alcançada pela aplicação da lei, a sua afetação no futuro deve permitir reduzir outros impostos, nomeadamente os que incidem sobre o rendimento de pessoas coletivas ou aumentar os benefícios fiscais em projectos de eficiência energética, sempre de acordo com o princípio da neutralidade fiscal.

Acresce que é comumente aceite que os impostos sobre o rendimento são mais “penalizadores” quer para os cidadãos, quer para a economia do que os impostos sobre o consumo, pelo que a substituição - ainda que parcial - dos primeiros pelos segundos, como se verifica com a estratégia de “reciclagem” adoptada, permite vantagens no plano individual, designadamente para as famílias e ganhos para a economia, com a criação de emprego.

*Apart from the allocation, in 2015, of the total revenue to the financing of IRS reduction, if we have in due account the evolution of the revenue attained with the application of the law, its future allocation will allow to reduce other taxes, namely those who dealing with corporation income or to raise the tax benefits for projects in the field of energy efficiency, allowing in accordance with the fiscal neutrality principle.*

*Furthermore, it is commonly accepted that the income taxes are more penalizing both for citizens and for the economy than taxes on consumption, so the replacement - event partial- of the first ones by the second ones, as foreseen with the recycling strategy adopted, allows benefits in the individual plan, namely for families, and economy gains, with job creation.*



# LIGAÇÕES ÚTEIS

## USEFULL LINKS

### **\_ Despacho de Nomeação da Comissão para a Reforma da Fiscalidade Verde**

Despacho do Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, Jorge Moreira da Silva e do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Paulo Nuncio, que dá posse à Comissão para a Reforma da Fiscalidade Verde.

[http://www.portugal.gov.pt/  
media/1474668/20140710%20  
Despacho%20fiscalidade%20verde.PDF](http://www.portugal.gov.pt/media/1474668/20140710%20Despacho%20fiscalidade%20verde.PDF)

### **\_ Appointment Order of the Green Tax Reform Committee**

*Order of the Minister of Environment, Spatial Planning and Energy, Jorge Moreira da Silva and the Secretary of State for Fiscal Affairs, Paul Nuncio, giving possession to the Green Tax Reform Committee*

[http://www.portugal.gov.pt/  
media/1474668/20140710%20  
Despacho%20fiscalidade%20verde.PDF](http://www.portugal.gov.pt/media/1474668/20140710%20Despacho%20fiscalidade%20verde.PDF)

### **\_ Anteprojeto de Reforma da Fiscalidade Verde**

Documento apresentado pela Comissão para a Reforma da Fiscalidade Verde à Ministra de Estado e das Finanças, Maria Luís Albuquerque, ao Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, Jorge Moreira da Silva e ao Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Paulo Nuncio, e que esteve em consulta pública até ao dia 15 de agosto.

<http://www.portugal.gov.pt/media/1541780/Anteprojecto%20Reforma%20Fiscalidade%20Verde%20Final.pdf>

### **\_ Contributos na Consulta Pública do Anteprojeto de Reforma da Fiscalidade Verde**

*O processo de consulta pública do Anteprojeto de Reforma da Fiscalidade Verde recebeu um total de 108 contributos das mais variadas entidades, desde cidadãos, organizações não-governamentais, empresas, associações empresariais e organismos da administração pública.*

<http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-do-ambiente-ordenamento-do-territorio-e-energia/quero-saber-mais/sobre-o-ministerio/consulta-publica-fiscalidade-verde/contributos-fiscalidade-verde.aspx>

### **\_ Draft project of the Green Tax Reform**

*presented by the Green Tax Reform Committee to the Minister of State and Finance, Maria Luís Albuquerque, the Minister for Environment, Spatial Planning and Energy, Jorge Moreira da Silva and the Secretary of State for Fiscal Affairs, Paul Nuncio, and that was subject to public consultation until 15 August*

<http://www.portugal.gov.pt/media/1541780/Anteprojecto%20Reforma%20Fiscalidade%20Verde%20Final.pdf>

### **\_ Contributions during the Public Consultation of the Green Tax Reform**

*The process of the Green Tax Reform Draft public consultation received a total of 108 contributions from various entities, citizens, non-governmental organizations, companies, business associations and public administration bodies.*

<http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-do-ambiente-ordenamento-do-territorio-e-energia/quero-saber-mais/sobre-o-ministerio/consulta-publica-fiscalidade-verde/contributos-fiscalidade-verde.aspx>



### **\_ Projeto de Reforma da Fiscalidade Verde**

*Projeto de Reforma da Fiscalidade Verde entregue pela Comissão para análise por parte do Governo com vista à avaliação das medidas a adoptar no âmbito da revisão da fiscalidade ambiental e energética.*

<http://www.portugal.gov.pt/media/1539636/3%20-%20Projeto%20de%20Reforma.pdf>

### **\_ Relatório Técnico da Comissão para a Reforma da Fiscalidade Verde e anexos**

Análise do grupo de trabalho técnico que colaborou com a Comissão sobre os efeitos ambientais (nas emissões de gases com efeito de estufa) e económicos da tributação das emissões de dióxido de carbono usando modelos tecnológicos e económicos aplicados à economia portuguesa.

<http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-do-ambiente-ordenamento-do-territorio-e-energia/quero-saber-mais/sobre-o-ministerio/consulta-publica-fiscalidade-verde/relatorio-comissao-reforma.aspx>

### **\_ Project of the Green Tax Reform**

*Green Tax- Reform Project delivered by the Committee for consideration by the Government for the evaluation of measures to be adopted in the framework of the review of environmental and energy taxation .*

<http://www.portugal.gov.pt/media/1539636/3%20-%20Projeto%20de%20Reforma.pdf>

### **\_ Technical Report of the Green Tax Reform Committee and attachments**

*Analysis of the technical working group that cooperated with the Committee on the environmental effects (greenhouse gas emissions) and economic aspects of taxation of carbon dioxide emissions using technological and economic models applied to the Portuguese economy.*

<http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-do-ambiente-ordenamento-do-territorio-e-energia/quero-saber-mais/sobre-o-ministerio/consulta-publica-fiscalidade-verde/relatorio-comissao-reforma.aspx>

**\_ Lei n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro -  
Fiscalidade Verde**

[https://dre.pt/application/  
conteudo/66022084](https://dre.pt/application/conteudo/66022084)

Procede à alteração das normas fiscais ambientais nos sectores da energia e emissões, transportes, água, resíduos, ordenamento do território, florestas e biodiversidade, introduzindo ainda um regime de tributação dos sacos de plástico e um regime de incentivo ao abate de veículos em fim de vida, no quadro de uma reforma da fiscalidade ambiental;

**\_ Portaria n.º 286-B/2014, de 31 de  
dezembro - Contribuição sobre os Sacos  
Plásticos Leves**

<https://dre.pt/application/file/66014856>

Regulamenta a contribuição sobre os sacos plásticos leves.

**\_ Law n.º 82-D/2014, of 31 December -  
Green Taxation**

[https://dre.pt/application/  
conteudo/66022084](https://dre.pt/application/conteudo/66022084)

*Amends environmental tax rules in the sectors of energy and emissions, transport, water, waste, land use, forests and biodiversity, introducing also a system of taxing plastic bags and a system of incentives for end-of-life vehicle renovation, as part of a Reform of environmental taxation.*

**\_ Order n.º 286-B/2014, of 31 de  
December - Contribution on light plastic  
bags**

<https://dre.pt/application/file/66014856>

*Regulates the contribution on the light plastic bags.*





# COMISSÃO PARA A REFORMA DA FISCALIDADE VERDE

## GREEN TAX REFORM COMMITTEE

### **JORGE VASCONCELOS** (Presidente)

Licenciado em engenharia electrotécnica pela Universidade do Porto e doutorado pela Universidade de Erlangen-Nuremberga. Presidente da NEWES - New Energy Solutions. Professor convidado do Instituto Superior Técnico. Membro do Conselho de Administração da ISA - Intelligent Sensing Anywhere.

Membro pro bono de várias organizações nacionais e internacionais. Foi o primeiro presidente da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) e do Conselho dos Reguladores Europeus de Energia; consultor da Comissão Europeia, do Banco Mundial e de outras organizações.

Recentemente, membro do Conselho Consultivo do “Harvard Environmental Economics Program”, do “Advisory Group on the Energy Roadmap 2050” e da Comissão para a Revisão do Conceito Estratégico de Defesa Nacional.

### **JORGE VASCONCELOS** (Chairman)

*He is graduated in electrical engineering from the Oporto University and has a doctoral degree by the Erlangen-Nuremberga University. He is the chairman of NEWES - New Energy Solutions. He is a visiting teacher in Instituto Superior Técnico. He is also member of the board of ISA- Intelligent Sensing Anywhere.*

*He is a pro bono member of several national and international organizations. He was the first chairman of the Portuguese Energy Services Regulatory Authority (ERSE) and of the Council of European Energy Regulators. He was an adviser of the European Commission, World Bank and other organizations.*

*Currently, he is a member of the advisory board of the “Harvard Environmental Economics Program”, a member of the “Advisory Group on the Energy Roadmap 2050” and a member of the Committee in charge of the revision of the Strategic Concept of National Defense.*

## AFONSO ARNALDO

Fiscalista, licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa da Universidade Católica Portuguesa. Sócio da Deloitte, onde exerce funções na Divisão de Impostos Indiretos e Direitos Aduaneiros há mais de 17 anos. Membro do Conselho Consultivo da Associação “The K-Evolution – Sustainable Development Through Education”. Lecciona em diversos programas de formação nacionais e internacionais (nomeadamente Pós-Graduações) em matéria fiscal. Autor e coautor de vários artigos na área da tributação indireta, onde se destacam mais recentemente “IVA - Serviços gratuitos e fins alheios: principais questões e dificuldades” (2013); “IVA com ou sem recebimento? Uma perspectiva tributária e sancionatória” (2013); “O conceito de «estabelecimento estável» em sede de IVA” (2012); “Justiça Fiscal e o IVA” (2011).

*He is a tax law specialist, graduated in Law by the Faculdade de Direito de Lisboa from Universidade Católica Portuguesa. He is an associated partner of Deloitte, where he assumes functions in the Division of National Direct Taxes and Customs Duties for over 17 years. He is a member of the Advisory Board of “The K-Evolution – Sustainable Development through Education” Association.*

*He teaches in several national and international training programs (namely post-graduation courses) dedicated to tax matters. He is the author and co-author of several articles in the field of Direct Taxes, namely “VAT- Free Services and unrelated purposes: key issues and difficulties” (2013); “VAT with or without receipt? A tax and penalty perspective” (2013); “the concept of “permanent establishment in VAT” (2012); “TAX justice and VAT” (2011).*



## **ANTÓNIO BRIGAS AFONSO**

António Brigas Afonso exerceu vários cargos de chefia, incluindo o cargo de diretor-geral, na ex-Direcção-geral das Alfândegas e Impostos Especiais sobre o Consumo que, em 2012, foi integrada na AT. Tem vários trabalhos publicados na área do direito aduaneiro e dos impostos especiais de consumo e integrou as comissões que elaboraram os projetos de codificação dos impostos especiais de consumo e do imposto sobre veículos. Durante as duas últimas Presidências Portuguesas da UE, presidiu, em Bruxelas, ao Grupo do Conselho de Questões Fiscais. Atualmente exerce as funções de subdiretor geral da Autoridade Tributária Aduaneira.

*António Brigas Afonso held various management positions, including the post of Director-General in the former Directorate General of Customs and Special Taxes Consumption which, in 2012, was integrated into the Tributary Authority. He published several works in the fields of customs duties and excise taxes and he took part in the Committees that were in charge of developing the draft codes for excise taxes and road vehicle taxes. In the two last Portuguese Presidencies of the Council of the European Union we chaired, in Brussels, the Council Working Group on Tax issues. Currently he is the deputy Director General of the Portuguese Tax and Customs Authority.*

## **CARLOS LOBO**

Professor da Faculdade de Direito da UL.

Doutor em Direito pela Universidade de Lisboa. Partner da EY. Vogal da Direção do IDEFF. Membro do Grupo de Estudos da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas. Vice-Reitor e Pró-reitor da Universidade de Lisboa (2009-2013). Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais (2008-2009). Advogado da Sousa Franco, Paz Ferreira e Associados, depois, Paz Ferreira e Associados (2002-2008). Adjunto do Gabinete do Ministro das Finanças (1995-2002).

*He is a teacher in the Faculdade de Direito from Universidade de Lisboa.*

*He is doctorated in Law by the Universidade de Lisboa. He is a Partner of EY. He is a member of the board of IDEFF. He is member of the Group of Studies from the Portuguese Order of Chartered Accountants. He is Vice-Chancellor and pro-Chancellor of Universidade de Lisboa (2009-2013). He was the Secretary of State for tax issues (2008-2009). He was a lawyer in Sousa Franco, Paz Ferreira e Associados, after, Paz Ferreira e Associados (2002-2008). He is an adviser to the cabinet of the Minister for finance (1995-2002).*

## CATARINA ROSETA-PALMA

É professora auxiliar no Departamento de Economia do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa e investigadora na BRU-IUL - Business Research Unit. Licenciada e doutorada em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, trabalha em economia do ambiente e recursos naturais, quer em termos teóricos quer numa perspetiva de aplicação prática. Participa regularmente em conferências da especialidade e tem trabalhos publicados em revistas internacionais. Foi vice-presidente da European Association of Environmental and Resource Economists. Participou na elaboração dos PGBH das Regiões do Sado, Guadiana e Algarve. Colaborou com o Instituto da Água (INAG) no processo de implementação da Diretiva Quadro da Água, em particular no que diz respeito à análise económica.

*É professora auxiliar no Departamento de Economia do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa e investigadora na BRU-IUL - Business Research Unit. Licenciada e doutorada em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, trabalha em economia do ambiente e recursos naturais, quer em termos teóricos quer numa perspetiva de aplicação prática. Participa regularmente em conferências da especialidade e tem trabalhos publicados em revistas internacionais. Foi vice-presidente da European Association of Environmental and Resource Economists. Participou na elaboração dos PGBH das Regiões do Sado, Guadiana e Algarve. Colaborou com o Instituto da Água (INAG) no processo de implementação da Diretiva Quadro da Água, em particular no que diz respeito à análise económica.*

## CLÁUDIA DIAS SOARES

Professora universitária com catividade docente e de investigação em diversas universidades europeias e norte americanas integra o conselho redatorial e consultivo de várias publicações científicas e centros de investigação nacionais e internacionais. Tem desenvolvido trabalho na área da competitividade, energia e ambiente no âmbito das instituições comunitárias e de organizações governamentais de diversos países europeus. Participou na elaboração de relatórios técnicos da Comissão Europeia, Agência Europeia de Ambiente e Institute for European Environmental Policy. É membro do Conselho Científico da Associação Fiscal Portuguesa e responsável por diversas edições da Annual Global Conference on Environmental Taxation.

*University professor with teaching research activity in several European and North American universities, member of the editing and advisory board of several scientific publications and national and international research centers. Has developed work in the area of competitiveness, energy and the environment within the Community institutions and government organizations in different European countries. Participated in the preparation of technical reports of the European Commission, European Environment Agency and the Institute for European Environmental Policy. She is a member of the Scientific Council of the Portuguese Fiscal Association and responsible for several editions of the Annual Global Conference on Environmental Taxation.*



## FERNANDO ARAÚJO

Licenciado em Contabilidade e Administração pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto; Licenciado em Direito pela Universidade Lusíada do Porto; e Pós-graduado em Fiscalidade Avançada pela Universidade de Lisboa, em Contabilidade Avançada pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa e em Corporate Governance pela Universidade Técnica de Lisboa.

Docente convidado pelo IDEFF - Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal da Pós-Graduação em Direito Fiscal Avançado desde 2005, na Faculdade de Direito de Lisboa (FDL). Foi membro da Comissão de adaptação do Código do IRC às IFRS/SNC e membro da Comissão Técnica dos Impostos da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Enquanto jurista e Revisor Oficial de Contas exerce a sua atividade profissional no âmbito da fiscalidade e da contabilidade há mais de 25 anos. Autor e coautor de vários artigos na área da fiscalidade e da contabilidade. Atualmente é administrador da Portucel S.A..

*Holds a Degree in Accounting and Business Administration from the Instituto Superior de Contabilidade e Administração of Porto; Law Graduate from Universidade Lusíada of Porto; and Postgraduate in Advanced Taxation from Universidade de Lisboa, in Advanced Accounting from the Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa and on Corporate Governance by Universidade Técnica de Lisboa.*

*Invited Lecturer of the Postgraduation on the Advanced Tax Law by Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal of the Faculdade de Direito of Lisbon, since 2005. He was a member of the Committee on the adaptation of the IRC Code to IFRS / CNS and member of the Technical Commission on Taxation of the Certified Auditors' Association. As a lawyer and certified auditor has been pursuing his professional activity in the field of taxation and accounting for more than 25 years. Author and co-author of several articles in the area of taxation and accounting. Currently he is manager of Portucel S.A..*

## JOÃO SILVA LOPES

Licenciado em direito pela Universidade Católica Portuguesa é pós-graduado em Assessoria Jurídica da Empresa pelo Instituto Superior de Gestão de Lisboa. Estagiou na Direção de Políticas Regionais (DG XVI) da Comissão Europeia, no Parlamento Europeu e na área de Consultoria Regulamentar do ICEP - Investimentos, Comércio e Turismo de Portugal; Management Associate no Citibank International, plc; Tax Consultant na Deloitte; Advogado, M&A - Albergaria Silva & Associados, Sociedade de Advogados RL. Atualmente desempenha funções no Gabinete do Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia.

*Degree in Law from the Universidade Católica Portuguesa and Post-graduate degree in Business Legal Advice by the Instituto Superior de Gestão de Lisboa. Intern at the Direction of Regional Policy (DG XVI) of the European Commission, the European Parliament and the Consulting Regulation area of the Portuguese Investments, Commerce and Tourism Agency; Management Associate at Citibank International plc; Tax Consultant at Deloitte; Lawyer, M & A - Albergaria Silva & Associados, RL Law Firm. Currently performs functions in the Office of the Minister for the Environment, Spatial Planning and Energy.*

## MAFALDA ALVES

Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1999-2004) e pós-graduada em Fiscalidade pelo Instituto Superior de Gestão de Lisboa (2006-2007). Desenvolve a sua atividade profissional na área da fiscalidade, com especial enfoque em temas de Direito Fiscal nacional e internacional. É coautora de diversas publicações técnicas em revistas especializadas, nacionais e internacionais. Atualmente desempenha funções no Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais.

*Law degree from the Faculdade de Direito of Universidade de Lisboa (1999-2004) and post-graduate degree in Taxation from the Instituto Superior de Gestão de Lisboa (2006-2007). He works in the area of taxation, with special focus on national and international tax law issues.*

*It is co-author of several technical publications in specialized national and international journals. Currently performs functions in the Office of the Secretary of State for Fiscal Affairs.*



## RUI FERREIRA DOS SANTOS

Nascido em Lisboa, em 1962. Licenciado em Economia pela Universidade Católica Portuguesa, Mestre em Investigação Operacional e Engenharia de Sistemas, pelo Instituto Superior Técnico, Doutor em Engenharia do Ambiente, especialidade Sistemas Sociais - Economia do Ambiente, pela Universidade Nova de Lisboa. Professor Associado da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, onde é responsável pelo Grupo de Economia Ecológica e Gestão do Ambiente, do Centro de Investigação em Ambiente e Sustentabilidade (CENSE). Os seus interesses de investigação centram-se no desenho e avaliação de instrumentos económicos e fiscais de política de ambiente.

Vogal do Conselho Diretivo do Instituto Regulador de Águas e Resíduos (IRAR, atual ERSAR) entre Março de 2003 e Novembro de 2006, onde esteve particularmente envolvido na coordenação da área de regulação económica. Membro do Conselho Consultivo da ERSAR, como especialista convidado, desde 2010. Coordenador e membro de diversos grupos de trabalho por nomeação de Ministros com a tutela do Ambiente.

*He was Born in Lisbon in 1962. He graduated in Economics from the Universidade Católica Portuguesa, Master in Operations Research and Systems Engineering by Instituto Superior Técnico, PhD in Environmental Engineering, specialty Social Systems - Environmental Economics from Universidade Nova de Lisboa. Associate Professor at Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, where he is responsible for the Ecological Economics and Environmental Management Group, of the Research Centre for Environment and Sustainability (CENSE). His research interests focus on the design and evaluation of economic and fiscal instruments of environmental policy. Member of the Management Board of the Water and Waste National Regulator (IRAR, current ERSAR) between March 2003 and November 2006, he was particularly involved in the coordination of the economic regulation area. Member of the Advisory Council of ERSAR as a guest expert, since 2010. Coordinator and member of several working groups by appointment of Environment Ministers.*

